

FUNDAÇÃO DONA MINDOCA RENNÓ MOREIRA

2024

63

Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	6.622.199	5.815.448
Contas a receber	5	2.027	13.565
Impostos a recuperar		-	2.060
Convênios	8	-	149.82
		6.624.226	5.980.897
Não circulante			
Propriedade para investimento	6	36.223.655	36.634.588
Imobilizado	7	225.638	241.262
Intangível		20.260	20.260
		36.469.553	36.896.110
Total		43.093.779	42.877.007
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores		7.540	7.062
Obrigações trabalhistas e sociais		12.549	5.824
Obrigações tributárias		2.015	3.119
Outras contas a pagar		3.804	3.804
Convênios	8	168.450	265.568
		194.358	285.377
Patrimônio líquido	9		
Patrimônio social		8.327.595	7.497.687
Ajuste de avaliação patrimonial		33.853.102	34.264.035
Superávit acumulado		718.724	829.908
		42.899.421	42.591.630
Total		43.093.779	42.877.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	Nota	2024	2023
Receitas			
Receitas com aluguel		430.002	386.914
Receitas com doações e subvenções	11	21.797	16.145
Receita com trabalho voluntário	12	121.866	118.830
Receita com convênios	8	313.424	416.522
		887.089	938.411
Custos e receitas (despesas) operacionais			
Despesa com pessoal		(20.426)	(19.250)
Despesa com serviços prestados		(40.661)	(54.737)
Despesa com trabalho voluntário	12	(121.866)	(118.830)
Depreciação e amortização		(426.557)	(438.836)
Despesas com assistência social		(128.866)	(51.889)
Despesas com imóveis para locação		(80.091)	(63.701)
Despesas gerais		(108.141)	(39.566)
Despesas com convênios	8	(313.424)	(416.522)
Outras receitas		79.594	68.803
		(1.160.438)	(1.134.528)
Resultado antes do resultado financeiro		(273.349)	(196.117)
Resultado financeiro líquido	13	581.140	604.473
Superávit do exercício		307.791	408.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	2024	2023
Superávit do exercício	307.791	408.356
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	307.791	408.356

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais (R\$)

Descrição	Patrimônio Social	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	6.880.327	34.685.587	617.360	42.183.274
Transferência para patrimônio social	617.360	-	(617.360)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	(421.552)	421.552	-
Superávit do exercício	-	-	408.356	408.356
Saldo em 31 de dezembro de 2023	7.497.687	34.264.035	829.908	42.591.630
Transferência para patrimônio social	829.908	-	(829.908)	-
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (depreciação)	-	(410.933)	410.933	-
Superávit do exercício	-	-	307.791	307.791
Saldo em 31 de dezembro de 2024	8.327.595	33.853.102	718.724	42.899.421

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	2024	2023
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Superávit do exercício	307.791	408.356
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com os recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	15.624	7.284
Depreciação das propriedades para investimentos	410.933	421.552
	734.348	847.192
Varição em ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	11.538	(6.659)
Impostos a recuperar	2.060	-
Fornecedores	478	7.027
Convênios	52.706	(26.705)
Obrigações trabalhistas e sociais	6.725	2.610
Obrigações tributárias	(1.104)	3.013
Outras contas a pagar	-	(5.194)
	72.403	(25.908)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	806.751	821.284
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	806.751	821.284
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.815.448	4.994.164
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6.622.199	5.815.448
Acrescimento líquido de caixa e equivalentes de caixa	806.751	821.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM
Notas explicativas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 Em reais (R\$)

1. Contexto operacional

A Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM (“Fundação”) é uma Entidade constituída na forma jurídica de direito privado, sem fins lucrativos domiciliada no Brasil, com autonomia administrativa e funcional, com duração por prazo indeterminado. A Fundação tinha, até o ano de 2015, por objeto principal a manutenção da Escola Técnica de Eletônica Francisco Moreira da Costa – (ETE FMC), localizada na cidade de Santa Rita do Sapucaí – MG. A Fundação é detentora de Título de Utilidade Pública Federal, conforme Decreto 55.614 de 21 de janeiro de 1965 emitido pela União – Ministério da Justiça, Título de Utilidade Pública Estadual, conforme Decreto 6.423 de 7 de dezembro de 1961 emitido pelo Estado de Minas Gerais, Título de Utilidade Pública Municipal, conforme Lei 445 de 30 de dezembro de 1958 emitido pelo Município de Santa Rita do Sapucaí, registrado na União – Conselho Nacional de Assistência Social, contendo registro nº 000.117156/1958-30 – com Protocolo de Renovação nº 23123.001336/2011-60 e Certificação de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) conforme Resolução 07 de 3 de fevereiro de 2009.

A partir de 1º de janeiro de 2016 a Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira transferiu a manutenção da Escola Técnica de Eletônica Francisco Moreira da Costa – ETE FMC para a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – (ANEA), a quem caberá a responsabilidade de desenvolver as atividades de educação profissional de nível técnico, pelo prazo de 20 (vinte) anos.

A transferência da manutenção não afetou as atividades da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira a qual continuará a prestar os seus serviços de engenharia e atividades técnicas de eletônica, com suporte da Escola Técnica de Eletônica Francisco Moreira da Costa – ETE FMC.

Na operação de transferência da manutenção, nenhuma parcela do patrimônio da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira, mantenedora sucedida da Escola Técnica de Eletônica Francisco Moreira da Costa – ETE FMC, foi transferida ou absorvida pela Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANEA, sendo assim, não houve nenhuma transferência ou compensação financeira a envolver as duas instituições. Além disso, a propriedade do imóvel localizado na Avenida Sinhô Moreira, 350, sede das operações da Escola Técnica de Eletônica Francisco Moreira da Costa – ETE FMC, permaneceu na Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira e não será transferido para a Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANEA.

Esse evento está suportado pelos acordos firmados entre Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social – ANEA e a Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira e foi devidamente referendado pela Curadoria das Fundações do Estado de Minas Gerais, órgão responsável pelo velamento das Fundações, conforme Resolução Nº 001/2015 – Ministério Público do Estado de Minas Gerais – 01ª Promotoria de Justiça da Comarca de Santa Rita do Sapucaí – 11 de junho de 2015 que aprovou o Convênio a ser celebrado entre as entidades envolvidas.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002(R1) “Entidades sem fins de lucros”. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Fundação em 7 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Fundação. Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

(a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas pelo princípio da competência dos exercícios.

(b) Instrumentos financeiros – classificação e mensuração

Conforme a NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a) custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”); e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Fundação são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota 4), classificados ao valor justo por meio do resultado, e Contas a receber (Nota 5), classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou a VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros

Os estudantes da ETE foram destaque
no ENEM e vestibulares.
Parabenizamos os alunos pelo desempenho
e aos professores por darem a base
para que alcançassem esse sucesso!



são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Os passivos financeiros da Fundação estão substancialmente representados por fornecedores e outras contas a pagar, os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado.

(c) Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados ao seu valor presente.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos incluem valores em caixa e depósitos bancários prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, e não estão sujeitos a um risco significativo de mudança de valor. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos, se aplicável, que não ultrapassem seus respectivos valores de mercado.

(e) Contas a receber

São apresentadas ao valor presente de realização, basicamente representam os aluguéis ainda não recebidos sobre as propriedades para investimentos que estão locadas. As perdas estimadas para os créditos com liquidação duvidosa foram constituídas em montantes considerados suficientes pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

(f) Propriedades para investimento

As propriedades para investimento são as propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios ou serviços ou para propósitos administrativos. As propriedades para investimento da Fundação são mensuradas e apresentadas pelo seu valor de custo de aquisição, menos as depreciações acumuladas e qualquer provisão de perda acumulada. A depreciação foi calculada pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (vide nota explicativa nº 6).

(g) Ativo imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração a estimativa da vida útil e valor residual dos bens (vide nota explicativa nº 7).

(h) Intangível

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e utilizar o software específico. Estes custos são amortizados durante sua vida útil estimada usando o método linear.

(i) Avaliação de impairment de ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

(j) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

(k) Novos pronunciamentos, revisões e interpretações

- Alteração ao NBC TG 27 (R4) – Ativo Imobilizado: A alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao NBC TG 25 (R2) – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes: Esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao NBC TG 15 (R4) – Combinação de Negócios: Substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- NBC TG 48 – Instrumentos Financeiros: Esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise da perda de passivos financeiros.

- NBC TG 06 (R3) – Arrendamentos: Alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

- NBC TG 26 (R5) – Apresentação das demonstrações financeiras / IFRS Demonstrações Práticas: Divulgação de políticas contábeis “materiais” ao invés de políticas contábeis “significativas”. As alterações definem o que é “informação de política contábil material” e explicam como identificá-las.

- NBC TG 23 (R2) – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros: Esclarecimento à distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.

- NBC TG 50 – Contratos de seguro: Estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro.

- NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro: Requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.

- Alteração ao NBC TG 32 (R4) – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois: Clarificar que a norma se aplica aos tributos sobre o lucro decorrentes da legislação fiscal promulgada ou substancialmente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois, publicadas pela OCDE, incluindo a legislação fiscal que implementa impostos nacionais mínimos qualificados descritos nessas regras.

A administração da Fundação avaliou as novas normas em vigor e, considerando as suas transações atuais, não identificou mudanças que pudessem ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras.

Normas novas e revisadas emitidas, mas ainda não vigentes:

Adicionalmente, o IASB trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência no início ou após 1º de janeiro de 2025 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo:

- IFRS 7 – Financial Instruments: Disclosures.
- IFRS 9 – The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates.
- IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements.
- IFRS 19 – Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures.
- IAS 21 – Amendments: Lack of exchangeability.

A Administração da Fundação está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, à medida em que os normativos são regulamentados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2024	2023
Caixa	1.500	391
Banco conta movimento	74.620	46.249
Banco conta movimento – convênio com entidades públicas e privadas	299	7.323
Aplicações financeiras – convênio com entidades públicas e privadas	101.952	108.421
Aplicações financeiras	6.443.828	5.653.064
Total	6.622.199	5.815.448

Os recursos estão aplicados em fundos de renda fixa e CDB's - Certificados de Depósitos Bancários, ambos de liquidez imediata, com taxas que variam entre 100% a 110% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Contas a receber

Descrição	2024	2023
Aluguéis a receber	2.027	13.565
Total	2.027	13.565

As contas a receber são oriundas de aluguéis a receber dentro do exercício corrente que não foram liquidados.

6. Propriedades para investimento

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Terrenos	-	21.658.983	-	21.658.983	21.658.983
Edificações	2,08 a 3,33% a.a.	22.887.850	(8.323.178)	14.564.672	14.975.605
Total		44.546.833	(8.323.178)	36.223.655	36.634.588

Movimentação do exercício de 2024

Descrição	2023	Adições	2024
Terrenos	21.658.983	-	21.658.983
Edificações	22.887.850	-	22.887.850
Total	44.546.833	-	44.546.833
Depreciação acumulada	(7.912.245)	(410.933)	(8.323.178)
Total	36.634.588	(410.933)	36.223.655

Movimentação do exercício de 2023

Descrição	2022	Adições	2023
Terrenos	21.658.983	-	21.658.983
Edificações	22.887.850	-	22.887.850
Total	44.546.833	-	44.546.833
Depreciação acumulada	(7.490.693)	(421.552)	(7.912.245)
Total	37.056.140	(421.552)	36.634.588

As propriedades para investimento incluem os terrenos e imóveis comerciais que são arrendados para terceiros por período não cancelável de 30 meses com o valor anual do aluguel indexado à inflação. Renovações subsequentes são negociadas com o arrendatário com períodos médios de 30 meses. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

De acordo com a NBC TG 28 (R4) – Propriedade para investimento, no exercício de 2022, a administração procedeu à avaliação dos imóveis destinados à propriedade para investimento a fim de apurar o seu valor justo, mediante a contratação de empresa especializada, os quais foram avaliados ao montante de R\$ 77.279.209. A administração realiza a avaliação a cada 3 (anos) anos, sendo que, a próxima será realizada no exercício de 2025.

7. Ativo imobilizado

Descrição	Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Veículos	25% a.a.	7.900	(7.900)	-	-
Móveis e utensílios	10% a.a.	4.212.798	(3.987.160)	225.638	241.262
Total		4.220.698	(3.995.060)	225.638	241.262

Movimentação do exercício de 2024

Descrição	2023	Adições	2024
Veículos	7.900	-	7.900
Móveis e utensílios	4.212.798	-	4.212.798
Total	4.220.698	-	4.220.698
Depreciação acumulada	(3.979.436)	(15.624)	(3.995.060)
Total	241.262	(15.624)	225.638

Movimentação do exercício de 2023

Descrição	2022	Adições	2023
Veículos	7.900	-	7.900
Móveis e utensílios	4.212.798	-	4.212.798
Total	4.220.698	-	4.220.698
Depreciação acumulada	(3.962.152)	(17.284)	(3.979.436)
Total	258.546	(17.284)	241.262

8. Convênios

8.1 Ativo

Descrição	2024	2023
Metagal Indústria e Comércio Ltda. – Conexão esportiva (a)	-	149.824
Total	-	149.824

8.2 Passivo

Descrição	2024	2023
Metagal Indústria e Comércio Ltda. – Conexão esportiva (a)	102.250	258.245
Prefeitura – Conexão Esportiva (b)	66.20	-
Prefeitura – FIA – Projeto bolsa alimentação e kit maleta de equipamentos eletrônicos	-	7.323
Total	168.450	265.568

(a) O saldo remanescente de R\$ 102.250 será utilizado em 2025 e refere-se ao Termo de Compromisso realizado entre a empresa Metagal Indústria e Comércio Ltda. e a Fundação, para execução do Projeto Esportivo – Conexão Esportiva – Fase IV. O valor total do incentivo foi de 256.840.

(b) O saldo remanescente de R\$ 66.200 será utilizado em 2025 e refere-se ao projeto Conexão Esportiva (Municipal), realizado entre a Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí – MG e a Fundação. O projeto recebeu o montante de 90.000 em 2024 e executou o total de 23.800.

Apresentamos abaixo os impactos nas demonstrações financeiras dos convênios com entidades privadas e públicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

Descrição	Entidades Privadas	Entidades Públicas	2024
Ativo circulante	101.952	299	102.251
Banco conta movimento (Nota 4)	-	299	299
Aplicações financeiras (Nota 4)	101.952	-	101.952
Convênios	-	-	-
Passivo circulante	102.250	66.200	168.450
Convênios	102.250	66.200	168.450
Resultado	-	-	-
Receita de convênios	-	313.424	313.424
Despesa de convênios	-	(313.424)	(313.424)

Impacto líquido nas contas patrimoniais e de resultado

Descrição	Entidades Privadas	Entidades Públicas	2023
Ativo circulante	258.245	7.323	265.568
Banco conta movimento (Nota 4)	-	7.323	7.323
Aplicações financeiras (Nota 4)	108.421	-	108.421
Convênios	149.824	-	149.824
Passivo circulante	258.245	7.323	265.568
Convênios	258.245	7.323	265.568
Resultado	-	-	-
Receita de convênios	-	416.522	416.522
Despesa de convênios	-	(416.522)	(416.522)

Impacto líquido nas contas patrimoniais e de resultado

9. Patrimônio líquido

9.1 Patrimônio social

Conforme estatuto social, a Fundação deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais, como consequência, não poderá distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucro ou de participação no seu superávit. Dessa forma, o superávit/déficit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social. No caso de extinção da Fundação, seu patrimônio, por vontade expressa da instituidora, será incorporado ao da Fundação Educadora Santa Ritaense.

9.2 Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial foi constituído em decorrência da atribuição do “deemed cost”, da rubrica de imóveis das propriedades para investimentos / ativos imobilizados, com base em laudo de avaliação elaborado por empresa especializada. O ajuste de avaliação patrimonial está sendo realizado por depreciação, baixa e/ou provisão para realização dos referidos ativos. Não foram constituídos os impostos diferidos em decorrência de a Fundação possuir imunidade tributária.

10. Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, a Fundação não possuía processos ou questionamentos de natureza cível, trabalhista e tributária classificados pelos seus assessores jurídicos como risco de perda provável e/ou possível que possam vir a requerer a constituição de provisão para contingências ou a divulgação em notas explicativas.

11. Receitas com doações e subvenções

A Fundação recebeu no decorrer dos exercícios as seguintes doações e subvenções abaixo

Descrição	2024	2023
Dorativos em dinheiro	21.797	16.145
Total	21.797	16.145



ETE FMC



Rede Jesuita de Educação

Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos Convenientes, ficando também toda documentação a disposição em conformidade com a legislação aplicável.

12. Trabalho voluntário

Atendendo à resolução nº 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) "Entidades sem fins de lucros", que define que o valor voluntário deve ser reconhecido pelo valor justo de prestação de serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro, foram levantados os trabalhos voluntários tomados pela Fundação.

A Fundação valorizou as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos de administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação teria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício no grupo de receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 a Fundação registrou o montante de R\$ 121.866 (R\$ 118.830 em 2023) referente a trabalhos voluntários.

13. Resultado financeiro líquido

Descrição	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	581.405	610.353
Outras receitas	5.673	1.096
	587.078	611.449
Despesas financeiras		
Multas por pagamentos em atraso	(287)	(33)
Tarifas bancárias	(5.651)	(6.943)
	(5.938)	(6.976)
Total	581.140	604.473

14. Renúncia fiscal

Em atendimento à ITG 2002(R1) - entidade sem fins de lucros, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG 2002(R1) em setembro de 2015, a Fundação por julgamento, apresenta a seguir a relação dos tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal com as respectivas alíquotas aplicáveis:

- Incidentes sobre a receita tributável (PIS 0,65%, COFINS 3%);
- Incidentes sobre a folha de pagamento (INSS patronal, terceiros e SAT);
- Incidentes sobre o superávit do exercício (IRPJ e CSLL 34%);

Resaltando que se trata dos principais impostos e contribuições, em função da Fundação não ter a obrigação de possuir escrituração fiscal e em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos.

15. Cobertura de seguros

A Fundação mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros.

16. Gerenciamento de riscos

A seguir o entendimento da administração da exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação para cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Fundação.

A Administração da Fundação tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco.

As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Fundação.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Fundação incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente da conta de Caixa e equivalentes de caixa.

Para o Caixa e equivalentes de caixa a Fundação mitiga o risco se relacionando apenas com as principais instituições financeiras do país.

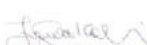
Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Fundação poderia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Administração é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Fundação. A Fundação utiliza o monitoramento de exigências de fluxo de caixa e na otimização de seu retorno de caixa em investimentos. Buscando manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente negociáveis a um montante em excesso as saídas de caixa sobre instrumentos financeiros, monitorando também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar.

17. Eventos subsequentes

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das Demonstrações Financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Santa Rita do Sapucaí, 7 de março de 2025.


João Geraldo Kolling
Presidente
CPF: 398.863.109-44


Alexandre Loures Barbosa
Diretor Executivo FDMRM
CPF: 565.541.846-00


Douglas Rodolfo Papale
Contabilista
CRC MG-087.164-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da
Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM
Santa Rita do Sapucaí - MG
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM ("Fundação"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossos responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Fundação é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações

financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.

- Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de março de 2025.

Crowe Macro Auditores Independentes
CRC 2SP033508/O-1


Fábio Deblaze Pino
Contador - CRC1SP251154/O-9


Rogério Guimarães
Contador - CRC1SP336932/O-3

RELATÓRIO DE RECOMENDAÇÕES SOBRE CONTROLES INTERNOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Diretores da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM

Santa Rita do Sapucaí - MG

Como parte integrante do exame de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM ("Fundação"), efetuamos um estudo e avaliação dos controles internos como base para determinar a natureza, o timing e a extensão

de procedimentos de auditoria necessários para a emissão de uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Os procedimentos de auditoria realizados foram adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas nos controles internos que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.

Concluímos que os controles internos da Fundação Dona Mindoca Rennó Moreira – FDMRM são adequados para a finalidade mencionada e não identificamos deficiências significativas que possam impactar a confiabilidade das demonstrações financeiras.